

GRAVIDEZ E MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA E SUAS REPERCUSSÕES NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Jaileila Araujo Menezes*

Marina de Oliveira Leite**

Elenice Serafim Barbosa***

Karla Galvão Adrião****

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral compreender os significados da gravidez para jovens grávidas ou mães em contexto de escolas públicas e particulares, considerando, assim, diferentes níveis socioeconômicos. De modo específico, a pesquisa busca conhecer as mudanças ocorridas na vida das jovens grávidas e-ou mães e identificar os desafios que elas enfrentam no processo de escolarização. A metodologia inspira-se no campo de pesquisa qualitativa, que preza pelos significados construídos acerca das vivências. Adota-se o procedimento de entrevistas semiestruturadas, com sete jovens, sendo três grávidas e quatro mães. A análise das entrevistas permitiu chegar aos seguintes pontos de reflexão: a família e a escola atuam como rede de apoio social para a efetivação da continuidade da escolarização dessas jovens; a desigualdade de gênero e de classe incide como enredamento na vida da jovem pobre; as jovens de camada média conseguem se manter por mais tempo na escola, pois a família se encontra em melhores condições para sustentar um projeto de vida para a jovem centrado na escolarização e relativiza a obrigatoriedade do casamento. As jovens pobres retardam seu projeto de retornar à escola, pois elas terão de arcar com os cuidados com a casa e as crianças, tarefas que se tornam prioritárias e difíceis de dividir com o esposo.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência. Escolarização. Educação Sexual.

ADOLESCENT PREGNANCY AND MATERNITY AND ITS EFFECTS IN THE PROCESS OF SCHOOLING

Abstract

This study aims to understand the general meaning of pregnancy for young pregnant women and mothers in the context of public and private schools, considering, well, different socioeconomic levels. Specifically, the research seeks to understand the changes in the lives of young people and pregnant or mothers-and identify the challenges they face in the schooling process. The methodology draws on field of qualitative research, which cares about the meanings constructed by experiences. It adopts the procedure of semi-structured interviews with seven young, three and four pregnant mothers. The data analysis allowed us to reach the following points for

* Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: jaileila.araujo@gmail.com

** Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: marina_leite23@hotmail.com

*** Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: elenicesboliveira@hotmail.com

**** Doutora em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: galvaoadriao@gmail.com

reflection: the family and the school act as social support, for effective continuing education of these young people, gender inequality and class concerns as entanglement in the life of young poor, the young middle-tier manage to stay longer in school because the family is better able to sustain a life project for youth-centered schooling and relativizes the obligation of marriage. The poor young people delay their project to return to school because they have to pay for the care home and the children, who become priority tasks and difficult to split with hubby.

Keywords: Pregnancy in adolescence. Education. Sex Education.

Introdução

O presente artigo objetiva refletir sobre os desafios vivenciados por jovens grávidas e mães em fase de escolarização. A discussão sobre gravidez na adolescência e juventude já nos remete a um ponto de tensão com relação ao sujeito implicado no evento gravidez. Quando referenciamos a discussão do ponto de vista da adolescência, a perspectiva do cuidado e da tutela ganha visibilidade, inclusive pela compreensão dessa fase da vida como momento de interregno, onde a moratória social (ERIKSON, 1987) incide para garantir o desenvolvimento considerado socialmente como ideal. Essa perspectiva protetiva e desenvolvimental, se por um lado garante certos direitos a crianças e adolescentes, por outro colabora para leituras que negativizam a gravidez na adolescência e juventude, interpretada comumente sob a ótica da precocidade, onde se ressalta a dependência, irresponsabilidade e dificuldades emocionais e impulsivas dos/das envolvidos/as (QUADROS; MENEZES, 2009).

Trazer a designação juventude para o debate sobre gravidez na adolescência consiste em dar um sentido mais coletivo e menos individualizante ao evento, qualificando politicamente os/as jovens como portadores de direitos, responsabilidades e agentes de suas escolhas. Nesses termos objetivamos fazer frente a leituras da gravidez como problema, potencializando as perspectivas compreensivas sobre o evento referenciadas no campo de valores, significados e crenças que balizam as práticas sexuais e reprodutivas da população jovem.

Considerando que os significados de uma gravidez podem ser múltiplos, a depender do contexto no qual a jovem esteja inserida, esta pesquisa segue orientação da Psicologia Cultural de Bruner (1997), distancia-se da reprodução dos discursos hegemônicos acerca da negativização da experiência de gravidez na juventude e prioriza a escuta das vozes juvenis, em diálogo com seus contextos sociais, para a produção de entendimentos sobre o acontecimento. Investiga, junto às jovens grávidas ou mães, as mudanças ocorridas em suas vidas desde a gestação e como estas interferiram na (re)construção de seus projetos de vida,

particularmente, no processo de escolarização. O intuito desta pesquisa é contribuir para o melhor entendimento de professores(as) sobre a gravidez e maternidade na adolescência e juventude, de modo a tornar a escola mais receptiva às jovens nessas condições.

Importante trazer o termo “Gravidez na adolescência” como conceito que demarca uma experiência social. Continuaremos a trabalhar com essa nomenclatura em interface com a condição de juventude, pela positivação implicada nesse termo e por consideramos que no campo político do estabelecimento e do acesso a direitos de determinados grupos sociais, os jogos de poder nos convocam à dinâmica da adesão e emancipação com relação a categorização das diversas condições de existência humana. Segundo a classificação oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1987), a gravidez na adolescência ocorre até os 20 anos incompletos. Segundo Cabral (2002, p.181), “Gravidez na adolescência é um problema social e de saúde pública”, pois está circunscrito na sociedade e nos órgãos governamentais, e principalmente os de saúde deveriam lhe dar a devida atenção, bem como articular essa vivência à paternidade. Entretanto interessa-nos questionar em que medida esta vivência é um problema, buscando compreender como ele se constrói no espaço educacional e a quem serve.

Segundo Petry (2001), a incidência de adolescentes entre 10 e 14 anos grávidas no Brasil aumentou 7,1% entre 1980 e 1995. Comparando-se esses dados aos da OMS, de 2009, no Brasil, cerca de 444.000 adolescentes ficaram grávidas, e delas 26.000 em Pernambuco. Diante desse crescimento e do número de casos de Aids, abortos e DSTs ocorridos em adolescentes no Brasil, na última década, faz-se necessário um olhar mais cuidadoso sobre os dados, de modo a investigar os significados dessas formas de viver a sexualidade, bem como uma reavaliação das campanhas de prevenção destinadas ao público adolescente e jovem. Ações em rede são fundamentais, pautadas na intersetorialidade, como forma de enfrentar as vulnerabilidades a que esse público está exposto, vulnerabilidades estas que conduzem a uma gravidez indesejada ou a uma gestação e maternidade sem o devido suporte.

Não podemos deixar de considerar que desde os anos de 1990 essas ocorrências devem ser interpretadas à luz da efetivação (ou não) do campo dos direitos sexuais e reprodutivos. O termo direitos reprodutivos trata do reconhecimento do direito da pessoa a decidir sobre sua reprodução, indo além de uma ideia de controle de natalidade; enquanto que os direitos sexuais incluem o direito de todas as pessoas sem exceção de vivenciarem sua sexualidade sem coerção, discriminação, violência ou preconceito. Tratam ainda da sexualidade enquanto esfera positiva da atuação humana que inclui sexo, identidades, gênero,

orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução (QUADROS, ADRIÃO e XAVIER, 2011).

Os discursos sobre a sexualidade na adolescência e juventude continuam enraizados após 70 anos dos primeiros debates sobre sexo e escola. Aponta-se uma falta de diálogo entre pais e filhos, que encarregou a escola a educar para a vida sexual, utilizando para isso o dispositivo Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), particularmente no que se refere ao tema transversal Orientação Sexual¹. Segundo Altmann (2001) além de não ser um tema efetivamente trabalhado na maioria das escolas, quando o é prevalece uma abordagem biologizante, descontextualizada e não dialógica. A Educação Sexual seria interessante e de grande valia, se fosse realmente posta em prática nas escolas de todo o Brasil. Acreditamos que aulas sobre o tema, orientadas por uma proposta didática motivadora e educativa, pautada na qualificação da discussão, que considerasse inclusive os marcos legais da política pública sobre o tema, contribuiriam para uma vivência da sexualidade de modo mais seguro e prazeroso.

O trabalho de educação sexual nas escolas depende, dentre outros fatores, de investimento na formação de professores, sob a perspectiva dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos como norteadores da prática docente. Há de se considerar, também, as interfaces de gênero, classe e raça/etnia, pois pesquisas mostram o ciclo da desigualdade a que meninas pobres ficam condenadas, situação acirrada pela ruptura com o processo de escolarização (HEILBORN, 1997).

Diante disso, esta pesquisa interpõe as questões relacionadas à gravidez na adolescência e juventude, com o objetivo de compreender os significados da gravidez na adolescência para jovens grávidas ou mães em contexto de escolas públicas e particulares. Não objetivamos uma pesquisa comparativa, mas sim considerar as diferentes formas de experienciar o evento gravidez/maternidade em situações sociais diversas, como o pertencimento as camadas popular e média, o que configura peculiaridades nas redes de apoio e suporte social para as adolescentes e jovens. De modo específico, a pesquisa buscou

¹Em alguns momentos deste artigo utilizamos o termo Orientação Sexual conforme seu significado nos PCNs: “Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas” (BRASIL, 1998, p.287). Estamos alinhadas com a perspectiva da Educação Sexual, considerando-se que atualmente o termo orientação sexual recobre o objeto de desejo e parceiros de afeto (SCOTT, LEWIS e QUADROS, 2009, p.117).

conhecer as mudanças ocorridas na vida das jovens grávidas ou mães, bem como identificar os desafios que elas enfrentam no processo de escolarização.

Nossa expectativa é contribuir para que as escolas reflitam sobre o tema e coloquem em prática novos discursos e práticas que considerem a perspectiva de cuidado de si e do outro e que abordem os direitos sexuais e direitos reprodutivos referenciados na garantia da cidadania de adolescentes e jovens.

Concepções acerca da sexualidade e gravidez na adolescência e juventude

Primeiramente, é importante definir o conceito de sexualidade e gravidez na adolescência e juventude, visto que esses dois temas delineiam esta pesquisa. Há várias concepções sobre sexualidade que divergem. A concepção com a qual nos afinamos trata da sexualidade no plural, considerando a complexidade desse termo e suas inter-relações com pertencimento socioeconômico, a vinculação religiosa, o contexto cultural, dentre outros fatores. Abramovay, Castro e Silva (2004, p.29) definem a sexualidade:

[...] como uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. Além do consenso de que os componentes socioculturais são críticos para a conceituação da sexualidade humana, existe uma clara tendência, em abordagens teóricas, de que a sexualidade se refere não somente às capacidades reprodutivas do ser humano, como também ao prazer. Assim, é a própria vida. Envolve, também, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura.

A sexualidade é um conceito em disputa historicamente e que, a depender da perspectiva teórica, da área de conhecimento, toma acentos particulares quanto à referência ao sexo. A concepção predominante sobre sexualidade ainda é associada ao ato sexual ou ao aparelho reprodutor, seja ele feminino ou masculino, e isso restringe seu sentido e inviabiliza um conjunto de práticas. Os PCNs representam um esforço de desestabilizar a concepção que restringe a sexualidade ao ato sexual, pois a define como:

(...) parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que

motiva a encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico (OMS, 1975 apud BRASIL, 1998, p.295).

A sexualidade na adolescência e juventude continua sendo tabu difícil de ser discutido por pais e professores, pois predomina a ideia de que “falar é incitar”. Essa dificuldade pode ter como uma de suas explicações a perspectiva desenvolvimentista que atribui o momento ideal ou correto para os eventos da vida humana, garantindo assim um modelo de gestão da vida da população (biopolítica das populações). Nesses termos a sexualidade, além de compreendida como restrita ao ato sexual, passa a ser adequada a alguns e não a outros. Sob essa perspectiva temos uma grave infração aos direitos sexuais e reprodutivos predominando um “conservadorismo que é inimigo da informação, do diálogo e, portanto, contribui para o desrespeito (...)” (QUADROS; MENEZES, 2009, p.133).

Comumente, associa-se a gravidez na adolescência à ebulição hormonal, à falta de condição para dimensionarem as consequências do ato sexual, o que explica a ocorrência de tais consequências mesmo entre os que têm acesso à informação e aos métodos anticoncepcionais propriamente ditos. Nesse caso, há os que não usam contraceptivos porque não gostam, não querem, esquecem ou acreditam que não ocorrerá gravidez. Associa-se também a gravidez na adolescência à idade da iniciação sexual, de modo que, quanto mais cedo ocorrer a iniciação sexual, mais cedo a adolescente engravidará, colocando-se a ênfase sobre as garotas, numa clara referência às ordens morais de gênero pautadas na heteronorma.

A gravidez na adolescência dá-se por diversos fatores, como a busca pela identidade, pela vida adulta, pelo matrimônio, por ser reconhecida socialmente, pela vontade de ser mãe. Como afirmam Abramovay, Castro e Silva (2004, p.20), várias interpretações têm sido evocadas para explicar por que muitos jovens continuam a praticar sexo sem proteção e sem refletir sobre contracepção e prevenção:

Pouca ou nenhuma presença de programas de educação sexual nas escolas; aconselhamento sexual baseado em tabus ou preconceitos religiosos, distanciados da realidade dos jovens; resistência dos pais por considerarem como promoção da sexualidade o diálogo sobre esse assunto entre professores e alunos; falta de informações sobre regulação da fecundidade; falta de esclarecimento sobre as formas de transmissão das DST/AIDS; pouco ou nenhum acesso aos métodos anticoncepcionais, inclusive a contracepção de emergência (pílula do dia seguinte), que, se providenciada em até 72 horas após a relação sexual, pode evitar uma gravidez não

desejada; falta de diálogo sobre sexualidade no seio da família; conflito de gerações, no qual os mais velhos não falam a linguagem dos jovens; necessidade de autoafirmação via maternidade e/ou paternidade; falta de estímulos externos que ampliem horizontes e mobilizem o potencial individual dos jovens para a formulação de projetos de vida; falta de conhecimento sobre as percepções e representações que os jovens têm de si mesmos e do mundo que os cerca.

Na perspectiva em que trabalhamos é necessário tratar da gravidez dentro de um debate mais amplo que traz a interface entre prevenção e contracepção, corpo e desejos. As mulheres jovens vivenciam as tensões comuns ao momento de iniciação sexual na interface com a apropriação da vida sexual de maneira peculiar e, se analisarmos esta com um olhar de gênero e de classe, interseccionalmente, desigualdades específicas se evidenciam. No próximo item traremos um pouco mais do debate sobre iniciação sexual e vivência da sexualidade para as mulheres jovens, entendendo que este caminho articula-se com o campo dos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Vicissitudes da iniciação sexual na adolescência e juventude

Quando se fala em iniciação sexual, pensa-se no ato sexual em si, ou seja, a penetração ou a perda da virgindade, no entanto há que se considerar o seu caráter processual: avanços, recuos, interdições, experimentações lúdicas e eróticas que antecedem a primeira relação sexual completa (BRANDAO, 2004). O início da vida sexual é marcante para os/as adolescentes e influenciado por aspectos sociais e culturais, como as questões de gênero e classe. A iniciação sexual das camadas médias, por exemplo, começa com a autonomia sexual do/a jovem (BRANDAO, 2004; SCOTT, LEWIS e QUADROS, 2009). O ato sexual vem em um contexto de conhecimento do próprio corpo, busca de prazer, de um(a) parceiro(a), de estabelecer conexões de afeto, carinho e carícias marcado por significados culturais distintos para meninos e meninas. Como afirmam Quadros e Menezes (2009, p.127):

Geralmente, a primeira relação sexual é um momento decisivo de construção do relacionamento verdadeiro para as moças. Os rapazes, por sua vez, consideram pouco a relação com a parceira neste momento. Vivem a primeira relação sexual como um momento de iniciação pessoal, que lhes dá experiência de vida.

É comum que o jovem casal, embora conheça métodos contraceptivos, termine engravidando logo depois das primeiras relações sexuais, o que nos leva a considerar a

articulação entre informação sobre prevenção e as negociações quanto ao uso dos métodos tendo por base o “compromisso” e a “prova de afeto” (BRANDAO, 2004). É interessante salientar que os pais de classe média geralmente ficam surpresos com a notícia da gravidez, pois imaginavam que as filhas sabiam de métodos contraceptivos ou que o namoro não era tão sério. Mais uma vez, há sobrecarga de culpabilização para a menina, que bem denota as desigualdades de gênero em nossa sociedade. Mesmo nas camadas médias urbanas, com mais acesso aos discursos de liberdade sexual, igualdade de gênero e maior horizontalidade nas relações pais e filhos/as ainda predominam uma abordagem sobre a temática sexualidade de modo amplo, sem considerar as experiências reais dos/as adolescentes e jovens.

Esses dois estudos (BRANDAO, 2004; SCOTT, LEWIS e QUADROS, 2009) mostram as duas realidades da diferenciação entre nível socioeconômico e iniciação sexual. Como citado, a iniciação sexual de adolescentes de camadas médias é diferente da de camadas populares. Se, nas camadas médias são utilizados diferentes fatores e argumentos para sua iniciação, nas camadas populares as adolescentes iniciam sua atividade sexual bem mais cedo: “Quanto menor a renda e a escolaridade, mais cedo ocorre o início da vida sexual e, também, a vivência da maternidade e da paternidade. Além disso, o uso de preservativos é menos frequente e há menor conhecimento sobre AIDS” (QUADROS; MENEZES, 2009, p.128). Essa situação mostra uma série de dificuldades, mas também de possibilidades para as jovens das camadas populares. Geralmente, elas são moradoras de comunidades onde os serviços de saúde são precários e, mesmo quando há postos de saúde, nem sempre as informações e os insumos e métodos de prevenção são devidamente ofertados.

Por outro lado, para essas jovens, a gravidez é desejada como forma de significar sua existência em um cenário onde a escola já se faz desinteressante e as oportunidades de trabalho são escassas, afora a respeitabilidade da identidade de mãe nas camadas populares. De acordo com Lima (2006, p.73), “Esse valor social de maternidade é passado de gerações a gerações não só nas classes populares, como também em outras classes, na medida em que a posição de mãe é instituída a partir das construções sócio-históricas de formação das famílias brasileiras”.

Orientação sexual² nos PCNs, os direitos reprodutivos e a problematização da gravidez na adolescência e juventude: o que isso tem a ver?

² O termo Orientação Sexual utilizado nesse tópico do texto faz referência à forma como aparece nos Parâmetros Curriculares Nacionais (conforme nota de rodapé 1), embora recubra uma discussão mais ampla sobre Educação Sexual.

Segundo os PCNs, (BRASIL, 1998), as abordagens da orientação sexual nas escolas devem levar em conta a vida e a saúde, relacionar a sexualidade ao direito de prazer. É necessário que sejam levados à sala de aula os diversos conhecimentos sobre as práticas dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, que passaram a ser elementos fundamentais dos direitos humanos, a partir da conferência de população e desenvolvimento, ocorrida no Cairo, em 1994. As várias e contínuas mudanças ocorridas na sociedade, como o advento da pílula anticoncepcional, a luta das mulheres, lésbicas e dos *gays*, na busca de viverem sua sexualidade de forma mais ampla, e o agravamento de DSTs, principalmente da Aids, na década de 80, criaram necessidade de formular mecanismos que possibilitem práticas sexuais saudáveis e conscientes.

Os PCNs (BRASIL, 2004) remetem às relações de gênero, tematizam o respeito à livre orientação sexual, às diversas crenças, aos valores e expressões culturais. Na defesa de uma sociedade mais igualitária, sugerem a queda de tabus e preconceitos, em que pais, professores, profissionais da área de saúde, dentre outros, precisam repensar valores e contribuir para criar condições ao livre e responsável exercício da sexualidade.

Os PCNs orientam quanto à necessidade da abordagem sobre sexualidade, em sala de aula, no ensino do terceiro e quarto ciclos, porém, não vista apenas pelos aspectos biológicos, mas também psicológicos e socioculturais. Por se tratar de tema polêmico, é necessário sensibilidade em sua exposição, na qual se devem levar em conta os conhecimentos prévios dos alunos, seus interesses, dúvidas, angústias, questionamentos e curiosidades.

Não se deve esquecer que o conceito de sexualidade está relacionado às condições sociais, culturais, históricas, sendo assim, não existe uma forma definida ou única de tratamento sobre a temática. Cabe aos professores estar sempre atualizados, mediante formação contínua e sistemática, como também abertos às várias concepções apresentadas sobre o tema (BRASIL, 1998). Por outro lado não podemos deixar de considerar que as exigências feitas ao professor com relação ao trabalho desse tema transversal devem ser devidamente contextualizadas em um cenário de formação continuada que considere: a relação entre os ministrantes dos cursos de formação com os docentes, com a comunidade escolar, a garantia de continuidade dos cursos (independente da mudança na gestão) e o próprio teor do curso na elaboração de situações capazes de relacionar teoria e prática docente (FAVA, 2008).

A orientação sexual trabalhada na escola também tem como objetivo contribuir para a valorização e o conhecimento dos direitos sexuais das mulheres, criando, assim, condições para a tomada de decisões, referida nos PCNs (BRASIL, 1998, p.293): “[...] sua fertilidade, saúde reprodutiva e criação de filhos, tendo acesso às informações e aos recursos necessários para programar as suas decisões”. É preciso lembrar que a efetivação desses direitos depende de políticas públicas. Assim, as mulheres conheceriam os vários métodos conceptivos e contraceptivos, teriam acesso a eles e escolheriam o mais indicado para usar, também, tomariam a decisão de quantos filhos ter e da melhor hora de tê-los.

Relacionando PCNs, direitos reprodutivos e gravidez na adolescência, pode-se dizer o quanto é imprescindível um tratamento em conjunto para essas questões. É certa a importância de cada uma para os significados da gravidez na adolescência, sendo a informação o melhor meio de prevenir ou conduzir a bons termos a gravidez. Os PCNs (BRASIL, 1998, p.320) ajudam a debater esse tema:

Na contracepção, há que se discutir como, quando e por que ter ou não filhos e quantos, o que posteriormente leva às responsabilidades correspondentes à maternidade e à paternidade. Sem a discussão dos motivos subjacentes à ideia da contracepção e seus obstáculos, pouco se pode avançar na adoção de práticas preventivas pelos jovens, ao se relacionarem sexualmente com parceiro ou parceira.

No tocante à orientação sexual, se os PCNs fossem postos em prática por pais, escola e sociedade contribuiriam para a apropriação do debate pelas jovens, discutindo as possibilidades de saúde sexual e reprodutiva no campo dos direitos.

Repercussões da gravidez na adolescência e juventude para a escolarização

Comumente, a gravidez e maternidade durante a escolarização traz dificuldades para as adolescentes e jovens, uma vez que as escolas, em geral, não estão preparadas para lidar com essa situação. Pesquisas apontam que mais jovens de camadas populares abandonam a escola do que de camada média (HEILBORN, 1997; CABRAL, 2002). Isso decorre de como a gravidez é significada, ou seja, se vai conduzir ao casamento, autonomia juvenil, realização pessoal, afrontamento aos pais ou a outras situações. Conforme essas colocações, as repercussões da gravidez na escola tornam-se decisivas para a continuidade ou o abandono do percurso escolar. Segundo pesquisa nacional sobre as repercussões da gravidez na vida das adolescentes:

A perda da oportunidade de estudar, interrompendo o processo de escolarização da jovem e contribuindo para diminuir as chances futuras, assim como a impossibilidade de se aproveitar as vivências e experiências que a juventude proporciona, aparecem com significativa frequência (ABRAMOVAY, CASTRO e SILVA, 2004, p. 161).

Ressalta-se, neste artigo, a importância da escola para as jovens, considerando o acirramento das vivências de desigualdade social e de gênero quanto menor o grau de instrução das mulheres. É primordial o apoio de todos/todas para que jovens mães e/ou grávidas continuem seus estudos (caso seja esse seu desejo), pois o abandono e fracasso escolar limitam, sobremaneira, as possibilidades de construção de independência financeira das jovens, principalmente de camadas populares onde a rede de apoio já se encontra fragilizada em termos econômicos.

Então, expomos a importância da educação como um direito, em todos os níveis, social, econômico, cultural e de faixa etária, em relação à gravidez e ao percurso escolar, o que significa se comprometer com um projeto de formação, que pode apontar possibilidades menos restritivas de existência. Consideramos a escola como um dos componentes do que Donna Haraway (2009) denomina de circuito integrado, assim como a família, a comunidade, o posto de saúde, a maternidade – cenários sob os quais devemos analisar a vida das mulheres enquanto corpo pessoal e político, refletir sobre a rede ideológica que promove (des)igualdades tendo em vista as variáveis gênero, classe, geração, raça, etnia.

Metodologia

São sujeitos desta pesquisa sete jovens grávidas ou mães entre 16 e 19 anos, quatro de escolas públicas e três de escolas particulares da cidade de Recife³. Enviamos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com as devidas informações sobre os objetivos e garantia de anonimato, aos representantes legais das adolescentes que participaram da pesquisa.

A coleta de dados consistiu em conversas informais e entrevistas com adolescentes grávidas e mães jovens, durante quatro meses, entre janeiro e abril de 2011, em quatro encontros no total, com cada jovem, com duração de aproximadamente 30min cada. Assim, realizamos com cada informante três entrevistas semiestruturadas e uma conversa informal. A

³Reiteramos que não buscamos realizar um estudo comparativo entre distintas camadas econômicas. Antes, buscamos complexificar e trazer distintas miríades da questão da gravidez vivenciada por mulheres jovens.

conversa informal serviu de base para melhor adequação do roteiro de entrevistas, considerando-se a realidade das adolescentes e jovens. Segundo Menegon (2004, p.219):

Entendemos que, nas conversas, as condições propícias para a reafirmação ou produção de outros sentidos estejam nos sulcos da flexibilidade, da frouxidão de regras e nas possibilidades de vários posicionamentos frente ao leque de repertório interpretativo aos falantes.

Utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturada, pela flexibilidade que ela oferece, além de permitir maior retorno às questões propostas, pois o entrevistador pode interagir com o entrevistado, o que facilita a compreensão das respostas fornecidas. Por isso, em determinados momentos, pudemos reformular as questões, adaptá-las às especificidades de cada participante. A pesquisa é, portanto, de cunho qualitativo, pois,

(...) preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p.21-22).

No último encontro com as jovens, nós, as pesquisadoras, levamos as falas transcritas para ler junto com as entrevistadas. Esse procedimento permitiu à grávida/mãe aprofundar alguns aspectos de sua fala, espontaneamente ou por nossa indicação.

A maioria das entrevistas ocorreu na residência das grávidas/mães, entre trocas de fraldas e mamadeiras, já que a maioria das mães estava com seus bebês recém-nascidos. A princípio, ficaram tímidas, mas logo passaram a nos ter como confidentes bem-vindas. Assim, a maior dificuldade foi conciliar as entrevistas – interrompidas em alguns momentos – com os cuidados aos pequenos, os quais priorizamos. Duas das participantes fizeram a entrevista no posto de saúde, nos dias que iam ao médico, para fazer seu pré-natal, já que uma das pesquisadoras trabalha nesse local. A disponibilidade de adolescentes grávidas e jovens mães da camada popular foi maior, por isso, fizemos uma pequena seleção e escolhemos jovens que estivessem em nosso perfil⁴. Na camada média, foi o oposto: a maioria que foi contatada não atendia ao perfil ou abandonava o processo de entrevista. Realizamos as entrevistas com três gestantes e quatro jovens mães, caracterizando-se os sujeitos desta forma:

⁴Adolescentes grávidas ou jovens mães que estivessem estudando ou fora da sala de aula no máximo há um ano.

Quadro1: Caracterização das participantes da pesquisa

Entrevistada	Idade	Série	Tipo de escola	Gestação ou Maternidade	Estado civil	Grupo socioeconômico	Idade da iniciação sexual
Gp 01	16	8.º ano	pública	4 meses de gravidez	casada	popular	13 anos
Gp 02	18	1.º ano	pública	6 meses de gravidez	casada	popular	16 anos
Gm 03	18	2.º ano	particular	7 meses de gravidez	solteira	Média	16 anos
Mp 01	19	9.º ano	pública	Mãe (14 meses)	casada	popular	15 anos
Mp02	18	1.º ano	pública	Mãe (02 meses)	casada	popular	16 anos
Mm 03	17	2.º ano	particular	Mãe (10 meses)	solteira	Média	14 anos
Mm 04	18	Profiss.	particular	Mãe (02 meses)	solteira	Média	16 anos

Para diferenciar as camadas sociais delimitadas, codificamos Gp para grávidas das camadas populares, Gm para grávidas das camadas médias, Mp para mães das camadas populares e Mm para mães das camadas médias.

Para a análise das conversas informais e entrevistas, procedemos à organização das informações registradas considerando as seguintes etapas: 1) leitura flutuante do material; 2) estabelecimento de temas por recorrência e por pertinência para o entendimento do evento gravidez; 3) agrupamento dos temas, levando-se em conta as semelhanças da temática; 4) definição dos eixos temáticos tendo por base os temas levantados e os objetivos da pesquisa; 5) diálogo dos eixos com a revisão da literatura pertinente ao tema. (SKYMANSKI, 2002)

Análise e Discussão dos dados

Esta seção está dividida em três partes. Na primeira, trazemos a importância da rede de apoio, por meio dos discursos e das práticas parentais, sobre a sexualidade na adolescência, considerando a relação entre iniciação sexual e vivência da sexualidade. Na segunda parte, apresentamos os discursos das jovens grávidas e mães em relação a sua escolarização e suas

dificuldades de se manterem estudando. Na última parte, relacionamos o projeto de vida das jovens e suas expectativas de futuro.

A influência dos discursos e práticas parentais com relação à sexualidade na adolescência e juventude

As adolescentes e jovens de ambas as camadas sociais informaram ausência de discussão sobre o tema sexualidade em seus contextos familiares, em conformidade com outras pesquisas (ABRAMOVAY, CASTRO e SILVA, 2004).

Gp01: [...] Não, esperava que a iniciativa partisse dos mais velhos [...].
Gm03: [...] Não, não me sentia à vontade [...].

As adolescentes esperavam que o tema sexualidade fosse abordado pelos pais, alegaram que a iniciativa deveria ser deles, mas não aconteceu, e elas não buscaram “puxar o assunto”, pois não se sentiam à vontade para esse tipo de conversa. Interessante é observar que as adolescentes, no momento da iniciação sexual, conheciam os métodos anticoncepcionais, mas, justamente por temerem que a família encontrasse em seus pertences preservativos ou comprimidos, acabavam por não usá-los.

As adolescentes esperam uma abordagem ao tema em suas famílias, mesmo podendo acessar informações com pares e na mídia, espaços menos delimitados por figuras de autoridade. Sugerem que o diálogo na família colabora para o uso dos métodos anticoncepcionais, o que do contrário produz mais uma barreira para a produção de autonomia e capacidade de exercer sua sexualidade com segurança. Em pesquisa sobre iniciação sexual nas camadas médias urbanas, Brandão (2004) localizou *discurso*, mas não *diálogo* sobre sexo na família. De alguma forma as famílias, particularmente as mães, trazem o tema, mas de modo geral, aproveitando certas situações postas pela mídia, vividas por algum conhecido/a, comumente não fazem referência direta as experiências sexuais de seus filhos.

Nas camadas populares, de acordo com dados da Pesquisa GRAVAD⁵ (Heilborn, 2002), há uma promoção do exercício da sexualidade masculina – não há comentários sobre diálogo de pais, mães e filhos quanto ao uso de métodos contraceptivos. As meninas dessa camada social, por sua vez, “caracterizam suas mães e/ou pais como conservadores, fechados,

⁵Termo utilizado aqui para designar a equipe de pesquisadores e pesquisadoras envolvidos na investigação “Gravidez na adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil”.

antigos, e um silêncio impera nos assuntos relativos à sexualidade e à biologia feminina em geral (...)" (HEILBORN, 2002, p.31).

Gravidez e maternidade na adolescência e processo de escolarização

Autores como Desser (1994), Abramovay, Castro e Silva (2004) e Altman (2001) destacam que a gravidez na adolescência e a maternidade em fase de escolarização trazem vários significados importantes para o discurso da (des)continuidade escolar entre as adolescentes de camadas médias e populares. A seguir, definimos três categorias que ilustram os desafios da gravidez nessa fase.

2.1 A relação gravidez x professores/escola.

Nos depoimentos, a maioria das adolescentes ressaltou que a escola, em geral, e os professores, em particular, colaboravam para sua permanência

Mp02: [...] Sim, ela faz o máximo para que as alunas fiquem na escola [...].

Gp01: [...] Os professores são legais, dão apoio [...].

Entretanto, mencionaram que os docentes reforçavam desigualdades cognitivas entre alunas grávidas/mães e as demais, de forma a propiciar que elas obtivessem, sem merecimento, nota necessária para aprovação, como informou Gm03: “[...] Os professores me davam nota maior porque eu estava grávida [...]”. Essa atitude de alguns(mas) professores(as) mais parece descaso do que propriamente ajuda para melhor aprendizagem da adolescente.

Outra fala que chamou atenção para o descompromisso da escola com essas alunas é de Mm04: “[...] A escola tem atenção quando você tá na escola, mas quando me afastei não me procuraram [...]”. A jovem mãe informou que, quando as adolescentes deixam de frequentar a escola, ninguém desse contexto procura saber o que está acontecendo e ajudar na superação das dificuldades, em prol do retorno à instituição escolar. O asseguramento do estudo está relacionado ao comparecimento às aulas. A partir do momento em que essa adolescente se sente incapaz de frequentar as aulas, a escola não se mobiliza para resgatar essa jovem no processo de escolarização. Aqui podemos refletir sobre a relação da escola com

a comunidade e seu papel como rede de apoio atenta às questões de diversidade e desigualdade, que interferem na trajetória de vida de seus alunos e alunas.

Nesse caso a jovem denuncia uma rede que esta vazada, o circuito esta desintegrado, a intersectorialidade que poderia atuar de modo a resgatar a jovem para uma trajetória de escolarização não atua para preencher os espaços que distanciam grávidas e mães do processo de escolarização almejado por elas.

O discurso e a frequência da abordagem de educação sexual nas escolas públicas e particulares

Já a frequência de aulas de educação sexual deu-se muito mais propícia em escolas públicas do que em escolas particulares. As alunas de escolas públicas refletiram que as práticas educativas no campo da sexualidade ficavam mais restritas ao uso da contracepção do que, realmente, à orientação sexual, tal como proposto nos PCNs. Como afirmou Gp01: “[...] Ela [a escola] trabalha a necessidade do uso do preservativo para prevenir doenças e possível gravidez [...]”. Uma das entrevistadas chamou a atenção para a maioria das famílias reprovar a abordagem do tema na escola: Gp02 “[...] Eles [os pais] nem tocam nesse assunto, os pais são contra. Se tocar nesse assunto, os pais vão quebrar o colégio. Ele diz que vai influenciar os alunos [...]”. Então, quanto às conversas sobre sexo em casa, nem haveria de se pensar. Já, só uma das grávidas de escola particular remeteu a uma aula de educação sexual: Gm03 “[...] Nunca lá na escola. Ah, teve uma vez só que [a escola] trabalhou o tema sexualidade [...]”.

A interferência na aprendizagem

A gestação pode interferir no rendimento escolar. Algumas jovens sentiam-se cansadas, sem estímulo, e com sintomas próprios desse período, outras não:

Gp01: Cheguei a me matricular, porém, não sinto nem vontade de levantar da cama, muito menos de ir para a escola [...].

Gm03: Não, tive todos os sintomas, mas na sala não, na sala era normal [...].

As adolescentes e jovens que deram continuidade aos estudos enfatizaram que os sintomas da gravidez ou mesmo a maternidade interferiram no rendimento escolar, visto que boa parte delas teve sintomas, como enjoo, ânsia de vômito e sono. Após o nascimento da

criança, o cansaço, os cuidados com a casa e com o bebê tornaram o tempo mais escasso. Quase não tinham tempo para estudar.

As entrevistas confirmaram os dados de pesquisadores e estudiosos da área, como Ballone (2004) e Abramovay, Castro e Silva (2004), segundo os quais a gravidez, em fase de escolarização, interfere no rendimento escolar. A ausência de cuidados e acompanhamentos da escola, da família e da rede de saúde pode levar a adolescente a abandonar os estudos por conta da experiência de fracasso escolar.

O projeto de vida de adolescentes grávidas e jovens mães

3.1 A idealização do futuro pós-maternidade: encontros e desencontros com a realidade.

A gravidez e a maternidade na adolescência, em contexto de rede de apoio ausente ou fragilizada, podem gerar limitações na vida das adolescentes, como a dificuldade de conciliar a nova condição com o processo de escolarização. Nesse período, a criança fica em primeiro lugar e as outras coisas passam a ter papel secundário. Eram meninas em processo de formação, e a pesquisa mostra que as meninas oriundas das classes populares sentiam medo e incerteza de seu futuro, sentiam também que seu processo de ascensão social tinha sido interrompido por certo período ou talvez pela vida toda. Diferentemente, nas camadas médias, as jovens buscavam a ascensão social, equalizando gravidez e maternidade com a escola.

As jovens de escola pública não tinham o apoio necessário para assegurar sua estada na escola, e a conclusão dos estudos ficava cada vez mais adiada ou se tornava parte de um projeto abandonado. Já as jovens de escolas particulares apontaram que o projeto de vida dos pais era que suas filhas, mesmo grávidas, continuassem estudando e terminassem sua escolarização, pelo fato de que, na camada média, a capacidade de projetar o futuro é mais acessível, economicamente falando, do que nas camadas populares. As jovens da camada popular apontaram como projeto de vida a vontade de ser mãe, o que pode também contribuir, junto com o debate sobre gênero e classe, para o entendimento da dedicação integral e sem menção às queixas no tocante à tarefa de cuidar das crianças.

Gp01: [...] Este era o meu projeto principal. Estou preparada e ansiosa para ser mãe, pois sempre trabalhei com crianças e está na hora de cuidar do meu [...].

Gp02: [...] Tinha vontade mesmo de ser mãe. Já estou casada há dois anos, meu marido é muito bom, então resolvemos ter um filho, e

estamos na segunda tentativa. Mesmo que eu tenha que parar de estudar [...].

As entrevistadas de camadas populares abandonaram seus estudos para se ocupar dos cuidados com o filho e a casa, por não ter com quem deixar a criança ou não ter tempo para voltar a estudar, sendo esse empenhamento com lar e filhos vivenciado positivamente. As adolescentes de camadas médias não trataram a gravidez como projeto de vida, mas como um acidente de percurso. Os projetos da família para a adolescente e sua condição de dar suporte efetivo a ela colaboravam para a manutenção da jovem em processo de escolarização. Chama a atenção nesse extrato social o fato de a gravidez não estar associada à obrigatoriedade do casamento, diferentemente dos moldes tradicionais.

A dificuldade de ter um filho e a felicidade de tê-lo: vida pública x vida privada

Outros pontos a destacar é a restrição dos espaços de circulação e atividades sociais, em todas as entrevistadas, e sua relação com a gravidez e com o filho como fator preocupante, no sentido de que a realização pela maternidade ou pelo matrimônio trouxe diferentes sentimentos.

Faltava àquelas adolescentes e jovens liberdade para ter sociabilidade ativa, já que elas não podiam estudar, passear e trabalhar, tarefas esperadas para essa fase da vida. A gravidez gerava mudanças e grande responsabilidade para jovens que ainda estão sob a tutela econômica de suas famílias. Alguns autores, como Abramovay, Castro e Silva (2004), Cabral (2002), Heilborn (2004), reforçam essa crítica em relação à vida pública dessas jovens. A maior desvantagem de ter um filho, nas palavras das jovens participantes da pesquisa, é não poder se socializar como antes da gravidez.

Mp01: [...] Eu só queria ter um filho depois dos 25 anos, mas aconteceu, assim, deixei de estudar, e agora não posso trabalhar, nem passear, e ir para as festas [...].

Gm03: [...] Ruim, né? Porque para tudo, não pode mais sair [...].

As jovens de camadas populares apontaram a gravidez durante a adolescência como vista por sua rede de apoio de forma relativamente amena, gerando alegria para a família e para a jovem adolescente, que via no casamento ou na maternidade a realização de um projeto principal em sua vida. Esses dados corroboram a literatura sobre gravidez na adolescência. Entretanto, pesquisas realizadas na área rural também trazem as dificuldades e a

obrigatoriedade do casamento como único caminho possível. Em todos os casos, o que se mantém é a normatização dos corpos e dos desejos das mulheres jovens (ADRIÃO, K; ARAÚJO, J; CORDEIRO, R; RIOS, F; QUADROS, M., 2012).

As jovens pesquisadas comentaram sentir falta de estudar, trabalhar e ter lazer próprio da idade. Também sentem restrição em sua mobilidade social, com dificuldades de sair e passear.

Considerações Finais

Tendo em vista as diferentes realidades de adolescentes grávidas e mães das camadas médias e populares, localizamos maiores dificuldades das últimas de se manterem em processo de escolarização. Também, a rede de apoio das adolescentes/mães pobres aparece na pesquisa como mais fragilizada, ao passo que as adolescentes/mães de classe média contam com o apoio da família para realizar um projeto de vida que passa pela escolarização.

As famílias de classe média não impuseram casamento às adolescentes grávidas, o que leva a refletir sobre a flexibilização dos códigos e vivências sexuais nesse contexto. Já as adolescentes de camada popular eram jovens casadas, mães e se ressentiam quanto às dificuldades de retomar o processo de escolarização. Elas comentaram as diferenças, embora não as problematizassem nos termos da desigualdade de gênero, entre as mudanças em suas vidas e na do esposo.

A escola apareceu como contexto que apoia as grávidas/mães, no entanto, houve relato de certo descaso ou indiferença com o processo de ensino-aprendizagem dessas adolescentes. Também foram comuns, nas duas camadas sociais, afirmações sobre a mudança mais significativa em suas vidas com a gravidez/maternidade, que é a mudança quanto às oportunidades de lazer e diversão.

Em suma, não é possível explorar todas as significações de uma gravidez na adolescência em fase de escolarização, tendo em vista as variáveis, às quais os sujeitos estão submetidos. Em uma sociedade heterogênea como a nossa, não se pode considerar gravidez na adolescência um fato homogêneo. Propomos que o debate se encaminhe no sentido de relacionar a gravidez dentro do campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. Esta arena propõe discutir o fenômeno social com base na interseccionalidade, que aqui neste

artigo se apresenta nas categorias de gênero e classe. Esta pesquisa reiterou a importância de possibilitar às mulheres jovens grávidas ou mães o agenciamento de seus corpos e de seus desejos, de forma tal que possam ter um projeto de vida, viabilizado via escola, possível e condizente com a gravidez e ou a maternagem.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B.. *Juventudes e sexualidade*. Brasília, DF: UNESCO, 2004. 426 p.
- ADRIÃO, K; ARAÚJO, J.; CORDEIRO, R; RIOS, F.; QUADROS, M. “*Significados e práticas relacionadas à gravidez na adolescência em diferentes redes de convívio e apoio: um estudo comparativo entre as mesorregiões da região metropolitana do Recife e do Sertão (PE)*”, RELATÓRIO DE PESQUISA. Financiada pela FACEPE/CNPQ, 2012.
- ALTMANN, H. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Revista de Estudos Feministas*, pp. 575-585, 2º. sem. 2001.
- BRANDAO, Elaine Reis. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. Em HEILBORN, M. L. (Org.). *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. pp.63-86.
- BRANDÃO, E.R.; HEILBORN, M.L. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad.Saúde Pública*, v.22, n.7, pp. 1421-1430, 2006.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC-SEF, 1998.
- BRUNNER, J. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CABRAL, C. S. “Gravidez na adolescência” e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v.19, n.2, pp.179-196, jul./dez. 2002.
- DESSER, N. A. *Adolescência: sexualidade e culpa: um estudo sobre gravidez precoce nas adolescentes brasileiras*. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos/Ed. UnB, 1994.
- ERIKSON, E. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

FAVA, C. A. Sexualidade como tema transversal nas escolas: da teoria à prática. Em LAGO, M.C.de S. et al. *Gênero e pesquisa em psicologia social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. pp.145-156.

HARAWAY, D. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HEILBORN, M. L. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, F. R. (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

LIMA, I. O. As mães adolescentes de comunidades populares: um estudo de casos. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MENEGON, V. Por que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. In: SPINK, M. J. (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
PETRY, S. Gravidez precoce diminui qualidade de vida. *Folha de S. Paulo*, 6 maio 2001. Cotidiano, p. C5.

QUADROS, M; MENEZES, J. A abordagem de direitos sexuais e direitos reprodutivos na escola. In: SCOTT, R. P.; LEWIS, L.; QUADROS, M. *Gênero, diversidade e desigualdades na Educação*. Interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. pp.117-141.

QUADROS, M.; ADRIÃO, K; XAVIER, A; Circuitos (dês)integrados; Relações de convivência entre mulheres jovens e profissionais de saúde numa comunidade de periferia da cidade do Recife (PE). In: NASCIMENTO, Pedro e RIOS, Luis Felipe (orgs). *Gênero, saúde e práticas profissionais*. Editora Universitária UFPE: Recife-PE, 2011, pp. 73-94.

SCOTT, R. P.; LEWIS, L.; QUADROS, M. *Gênero, diversidade e desigualdades na Educação*. Interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. pp.117-141.

SKYMANSKI, Heloísa, et al. Perspectivas para a análise de entrevistas. In: SKYMANSKI, Heloísa (org). *A entrevista na pesquisa em Educação: a prática reflexiva*. Brasília: Líber livro, 2002.

VALLA, V. V.; STOTZ, E. N. *Educação, Saúde e Cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Recebido em: março de 2012
Aprovado em: maio de 2012